



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29-08-15

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Grafia(s) não confirmada(s)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamado de Lei de Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito do Município de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal.

Esta audiência tratará da região de Pirituba.

- Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra a Sra. Sigildes Bacelar, da Associação Piratininga.

A SRA. SIGILDES BACELAR – Boa tarde a todos. Não gosto de falar de um por um, vai que minha voz denuncie e que eu goste de um de vocês e isso não é bom, quero gostar de todos. O nosso problema fica bem ali, e participei de quase todas as reuniões, vocês sabem disso, e ficamos com muito medo daquela reunião da Zepam em que mais de 70 pessoas queriam que mudasse tudo novamente para Zepam.

Estou pedindo aqui para confirmar como ZEIS 1 a área localizada na Av. Alexios Jafet nº 2.055. O número 2.055 não é uma casa, é uma rua, onde o nosso Subprefeito colocou com muito carinho um cascalho, mas ainda é terra. Então, estamos pedindo que, por favor, temos 155 lotes, atualmente com mais de 110 famílias habitando.

Quero também pedir a duplicação da Av. Alexios Jafet, porque em virtude de esse projeto não estar indo adiante, nós não temos calçadas, as pessoas, quando querem sair com

seu carrinho de compras, têm de passar pela rua porque as calçadas são intransitáveis. A nossa área tem ladeiras muito íngremes e o asfalto está em péssimo estado. Parece que estamos dentro de um liquidificador, quando começa a entrar no Jaraguá, que é muito maior que Pirituba. Desculpe-me, eu adoro Pirituba, mas Pirituba é muito bonita, Jaraguá quer ficar doidinha igual Pirituba, entendeu? E nós não somos tão bonitos quanto Pirituba. Estou com inveja de Pirituba. Estamos pedindo também aquela área que fica logo após a nossa, que está aqui como Zepam, e queremos que continue como tal porque todas as pessoas locais que nos consultaram disseram que querem que continue como Zepam. Eu posso colocar aqui, já que meu dedinho não alcança lá, bem aqui, esta área toda está sendo invadida.

Toda essa área que mostrei para vocês é Zepam e estamos querendo que continue como Zepam e está sendo invadida e alugada. É Av. Alexios Jafet nº 2.000.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Ricardo de Almeida.

O SR. RICARDO DE ALMEIDA – Boa tarde a todos. Novamente estou aqui pelo mesmo problema que tivemos nas reuniões da Freguesia e da Casa Verde, como representantes do Parque Itaguaçu da Cantareira, onde há Zepams em áreas perfeitamente delimitadas nos mapas que foram publicados agora e que são de acesso a todos. Elas se estendem sob lotes perfeitamente delimitados, às vezes, até com ocupações, caracterizando muito mais talvez um erro material na transposição dessas imagens do que uma atitude. Porque não há sentido nenhum em se transformarem em Zepams. Elas simplesmente são vizinhas a determinadas Zepams. Naquela ocasião, a Sra. Penha, presente, disse-nos que no artigo 20, parágrafo 2º, da lei, haveria uma condição de que essa situação pudesse ser consertada se houvesse essa modificação. Quem mexe com aprovação sabe da dificuldade que existe se você não tiver uma segurança jurídica dos diversos órgãos que atuam nessas áreas, e que, no fim de tudo, depois, se conseguíssemos as aprovações, ainda existe o Ministério Público, que aparece quando tudo está pronto e feito, com o poder discricionário de

contestar as aprovações, contestar tudo.

Percebemos que, onde não existe segurança jurídica, o que acontece é que transformamos problemas urbanísticos, problemas de ordenamento jurídico, de dimensionamento de infraestrutura e de alocação de serviços públicos em problemas sociais, pela falta de planejamento e, depois, por termos uma situação de fato.

Então, a preocupação é com esse imóvel da Elísio Teixeira Leite, onde também ocorre isso. Então, das três áreas que representamos, 100% da amostragem mostrou que esses mapas contêm esses erros. Estamos protocolando, no sentido de evitar uma complicação, porque amanhã talvez não se tenha uma solução que permita a sua ocupação regular.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Luciano Neves.

O SR. LUCIANO NEVES – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui presente para expor a nossa motivação de regularização. A iniciativa da revisão da Lei de Zoneamento com a participação dos munícipes, eu entendo como louvável. Acho que é assim mesmo que vamos conseguir construir uma cidade melhor, é o intuito de todos. O sentido da comunidade é o sentido do não individual na visão do interesse maior de todos, que é realmente muito importante, mas a gente tem de estar sempre atento para que a coisa prossiga de uma maneira que seja dentro de princípios legais, que todos nós desejamos.

Venho falar especificamente de Zepam. No caso, é uma área que pega uns sete lotes que compõem o setor 126 da quadra 267, que vão dos lotes 396 a 402, da Rua Vicente Antônio de Oliveira nº 1.050, em Pirituba. Esses sete lotes originariamente compunham uma área maior e foram desmembrados em 11 lotes. Para que esses sete lotes pudessem ser utilizados dentro do princípio atual de Zona Mista 1, eles contribuíram para a Prefeitura destinando 15% da sua área em áreas verdes, e hoje compõem uma Zepam 008 e também foram colocados outros lotes que foram doados pela Prefeitura como áreas institucionais.

Esses sete lotes têm uma configuração de uso já de mais de 30 anos, perfeitamente regular, na Prefeitura, com licenças de autorização de uso. Hoje abrigam lá uma indústria de construção civil, com galpões e atividade regular, funcionando nesse local. Entendemos que, no mesmo princípio que foi dito antes, na tentativa de se regularizar essas áreas Zepams houve uma extrapolação do entendimento do que essas áreas permitiriam abranger e acabou se colocando áreas que têm um destino tipicamente de zona mista para uma área de Zepam. Acho que devíamos tentar corrigir essa fragilidade, essa situação, e deixar permanecer o que lá existe hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimento a todos, o Subprefeito, a Patrícia, que foi a técnica que nos brindou com uma apresentação, o relator e o nosso Presidente.

Vou abordar de maneira objetiva a forma com que o nosso relator apontou a preocupação com esse território. Pirituba tem um mosaico de zonas e, quando olhamos os mapas, quase não conseguimos nos encontrar, porque a forma como se retalhou cada uma das vilas, não dando certa homogeneidade, cria distinções muito grandes para cada modelo de ocupação. Isso faz com que se gere uma disputa muito grande na ocupação do território. É lógico que o que os Srs. Vereadores podem – e aí o relator Paulo Frange foi muito objetivo nisso e apontou um trecho da ligação do território com a Marginal, portanto, como se atravessa o rio, mas também apontou a dificuldade como é circular no território.

Há, em minha opinião, uma necessidade de a gente observar qual o novo zoneamento que vai ser dado para uma área muito grande, que durante um período foi discutida, de se ter um grande centro de convenções, e que a mudança oferecida neste momento para o território também é por um forte adensamento. Uma ZER foi oferecida, uma zona mista para o mesmo território. Portanto, estamos falando de uma baixa ocupação do lado de um maciço vegetal poderoso, do lado do Campestre, do lado do Clube, e está-se

oferecendo uma grande área de zona mista onde todos nós sabemos da dificuldade intensa de circulação naquele território também.

Então, se temos problema na embocadura, quando chegamos à Marginal, não é diferente o cenário para a nossa região mais central; então, uma das tarefas que nós, Vereadores, vamos ter de cumprir é reconhecer onde, de fato, a gente deve levar o fortalecimento da Administração naquilo que é garantir o transporte público coletivo de qualidade. Aí, sim, para gerar alguma qualidade de vida, num espaço de tempo que não sejam os próximos 40 ou 50 anos, aqui calculados pelo Relator, no tempo da lesma, que você consegue oferecer um transporte de qualidade. É, sim, conseguir orientar espaços no território em que o zoneamento acolha o emprego e, portanto, reduza as distâncias.

Nós continuamos com um problema grave, que é ter a oferta de emprego no território muito inferior à população economicamente ativa, empurrando a população cada vez mais distante daquilo que é o emprego gerado. No Plano Diretor, muito foi discutido disso, quando se reconhece que temos duas grandes rodovias cortando o território e não aproveitamos essa estrutura instalada, que facilita escoar a produção para acolher o emprego de qualidade que deve gerar, sim, inclusive a educação de qualidade no nosso território. Então, perdemos todos.

Este é o momento de conseguir, sim, definir com muita qualidade as áreas que devem acolher os empregos, que deve estar muito determinado onde é o limite dessa área. Porque é também no território que a gente tem o conflito, que não é mau, mas tem de ser sempre muito bem observada a garantia de proteção dos maciços vegetais, daquilo que é importante nos nossos territórios e garante vida para sempre.

Se temos essa necessidade de reconhecer e desenhar com objetividade as áreas industriais, temos a obrigação de reconhecer a área que deve ser definitivamente protegida. A ausência de definição clara, e sempre essa noção que a gente tem, de um pouco mais, ou um pouco menos, para cá ou para lá, gera, sim, os grandes conflitos da Cidade. São os conflitos

onde tudo pode.

Falo isso porque a área onde se pretendia ter o grande centro de convenções deve ter um desenho muito bem produzido a partir de agora. E deve servir à Cidade, e servir à Cidade é saber reconhecer quais os zoneamentos que devem ser lançados em toda aquela área, e não só uma substituição de uma zona residencial para uma zona mista, imaginando que comportará naquela região, sem nova estrutura, uma gigantesca zona mista em que gabarito e adensamento não sugerem a capacidade de suporte que já temos instalado aqui.

Temos um problema na ponta, na travessia da Marginal, se não estivermos atentos para ver o preenchimento do bairro, em especial as zonas que não tiveram o seu zoneamento definido com muita objetividade no primeiro Plano Diretor, pós-lei de Parcelamento, Uso e Ocupação, portanto, de 2004 a 2006, e muito da região perde.

Quero me somar ao Relator, ao Vereador Claudinho, que tem atuação na região, ao Vereador Eliseu, na certeza de que a relação também de Pirituba com Perus – e, portanto, aquela que está do outro lado do Rodoanel, também deve ser fortalecida.

Muitas vezes a rota de desenvolvimento que sempre foi pensada por Pirituba era olhar para o centro de São Paulo, e sempre foi assim. A gente olha para Perus com a sensação de subdesenvolvimento para lá, e, muitas vezes, olha para a região central de São Paulo imaginando que o desenvolvimento só está para lá. Acho que é chegado o momento de encontrar as novas centralidades de desenvolvimento do nosso território, sendo menos dependentes da região central e, sim, vocacionando o nosso desenvolvimento para o território que tanto estudamos. Acho que Pirituba, Jaraguá, Taipas têm uma oportunidade gigantesca de desenvolvimento, se reconhecerem as suas vocações, da mesma forma que Perus. Não somos independentes, mas temos a consciência clara que dá para desenvolver muito mais um território do que anunciar um subdesenvolvimento quando olhamos para o Centro, imaginando que lá está o desenvolvimento. Não. No momento em que se desenvolverem regiões como esta, garantimos a redução das distâncias e a eficiência da Cidade, e é isso que temos de

trabalhar, de verdade, para reconhecer as nossas vocações. E a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação nos dá isso: a possibilidade de encontrarmos as nossas vocações e, portanto, desenvolver o nosso território, coisa que a lei do Plano Diretor observa a Cidade inteira. Esse é o momento de reconhecer vocações e, de fato, desenvolver o território.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Diego Hernandes.

O SR. DIEGO HERNANDES – Boa tarde a todos. Venho falar aqui representando o Conselho Gestor do Parque Estadual Jaraguá. Gostaria de fazer alguns apontamentos, especificamente o mapa que apresenta o Parque Jaraguá com um entrave de Zepam dentro dos limites do próprio parque. E isso significa que o parque deve ser definido como ZEP, única e exclusivamente, e é um erro cartográfico simples. Eu gostaria também de dizer que temos, sim, uma vocação. Nós temos uma unidade de conservação de proteção integral no nosso bairro; então, isso é superimportante, e deve ser levado em conta. Não são todos os bairros que têm esse dom, esse presente da natureza, e, nesse aspecto, eu gostaria de fazer um apontamento bem preciso, porque essa unidade de conservação possui uma zona de amortecimento, então, é extremamente importante para o Parque do Jaraguá que essa zona de amortecimento tenha efetivamente o seu poder de tamponamento de impacto de urbanização e adensamento no entorno da nossa unidade de conservação.

Então, eu gostaria que fosse olhada a zona de amortecimento do parque e que isso fosse sobreposto a essa zona para uma análise das áreas que precisam, sim, ficar como Zepam, mas conversando com a moradia. A moradia e o meio ambiente conversam e se evitam diversos outros problemas de ordem logística e industrial.

Por fim, gostaria de dizer que hoje temos o presente de ter uma terra indígena na nossa região, e essa terra não está contemplada nos nossos mapeamentos produzidos até agora. Então, a zona de amortecimento do parque estadual hoje é também uma terra indígena, e isso deve ser contemplado em todos os mapas para que a gente tenha efetivamente a

vocação para o meio ambiente e também a nossa vocação cultural.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Thiago Henrique.

O SR. THIAGO HENRIQUE – Boa tarde a todos. Meu nome é Thiago Henrique, Karaí Djekupé, sou indígena Guarani e venho fazer uma reivindicação: a terra indígena não está contemplada no plano de zoneamento, e isso é um erro. Nós não vamos abrir mão da nossa terra, porque tivemos informação de que há empresários, pessoas maldosas, que estão dizendo que a gente vai abrir mão da nossa terra para eles poderem construir nas nossas terras, para fazerem desmatamento. Não vamos permitir isso.

Na época de eleição, na nossa aldeia, vai um monte de gente fazer campanha para o Paulo, para o Eliseu Gabriel, mas vocês nunca foram na nossa aldeia para ver a nossa situação lá. A nossa situação na aldeia é muito ruim. Na hora de pedir o nosso voto, somos úteis, mas, na hora que estão lá tentando roubar a nossa terra, ninguém vai nos apoiar. O Poder Público não nos apoia. Hoje vocês pensam no presente, e é por pensar no presente que São Paulo está sem água. Nós pensamos no futuro, nós pensamos no futuro das nossas crianças, nós queremos que nossas crianças continuem mantendo a nossa cultura, que continuem tendo um ar puro daquelas árvores em volta do Pico do Jaraguá. Queremos que São Paulo tenha ar puro, não só esse ar que vem de dentro dos carros, que vem de dentro dos escapamentos dos carros, essa poluição.

Vimos aqui reivindicar nossos direitos. Nós temos nossa terra, o Ministro da Justiça assinou, e vocês precisam entender que dentro de São Paulo tem terra indígena. Vocês precisam respeitar nossos direitos. Cadê a dívida histórica que vocês falam aqui que o Brasil tem com o povo indígena? Cadê a dívida que vocês dizem que reconhecem? Para a gente, vocês não estão reconhecendo nada. A situação que a gente vive, o descaso do Governo, do Poder Público, da política estadual: não estão contemplando a gente.

Hoje temos descaso na educação, na saúde, na nossa qualidade de vida em geral.

Venho pedir para que vocês revejam o trabalho de vocês. Nós também somos seres humanos e também votamos, e não é só no dia de eleição que importamos, somos seres humanos todos os dias também.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. David Guarani.

O SR. DAVID GUARANI – Boa tarde a todos. Quero mostrar o mapa da terra indígena Guarani do Jaraguá e dizer que, com muita luta, a gente conseguiu que o Ministério da Justiça em Brasília reconhecesse a nossa terra e demarcasse o nosso território. Hoje a gente tem um território demarcado e a gente quer convidar a todos para que conheçam nossa aldeia, visitem a gente, porque lá nós estamos mantendo a nossa cultura, nós mantemos nossa língua, nossa história, nossa tradição. Todos os dias estamos rezando, estamos pedindo para que Nhanderu mude o pensamento de diruá. Porque não é possível que na nossa terra tenha um polígono de estruturação metropolitana. Isso a gente não aceita. A nossa terra não é negócio, não é mercadoria, não é dinheiro: é a nossa vida, e vamos continuar lutando para que respeitem o nosso direito ao território.

Aqui nessa área há uma área de estruturação metropolitana, e não vamos aceitar, não negociamos a nossa terra. Não adianta o diruá vir contar para vocês que vamos entregar a nossa terra, que não queremos a nossa terra. Isso é mentira, porque é uma luta grande no Brasil inteiro para que os povos indígenas continuem existindo.

A política deste Estado é etnocida, genocida, não é de respeito. Porque, se fosse de respeito, em 2015 nós já teríamos nossa terra respeitada. E, em 2015, estamos lutando para demarcar a nossa terra. Não é possível que o Poder Público vá dar as costas para a nossa luta, para a nossa reivindicação. Faz parte da cidade de São Paulo, faz parte da história do Brasil, faz parte dos primeiros habitantes deste continente, desta terra. Não dá para dar as costas para a gente. Estamos batendo na porta das pessoas, a gente vem aqui para dizer que a gente, que é guarani, vai continuar lutando por nosso território. E não adianta querer fazer

projeto de empreendimento no nosso território, porque a gente entende que é importante ter a área de proteção ambiental do parque, mas entendemos também que sem a mata a gente não vai conseguir manter a nossa cultura. É outra forma de enxergar a terra, é outra forma de enxergar a vida.

Seria muito importante se São Paulo respeitasse e compreendesse a importância de valorizar o povo histórico, pois quando o diruá chegou aqui, em 1500, encontrou uma terra protegida, preservada e limpa, e hoje ela é suja: suja desse pensamento que só quer saber de dinheiro, especulação e desenvolvimento que não respeita o meio ambiente e os povos originários da terra. (Palmas)

Então, estou aqui para falar a vocês que vocês todos estão convidados a conhecer a nossa aldeia. Todos vocês estão convidados a conhecer a nossa cultura. Não é de hoje que a gente fala. A gente quer que seja reconhecida a nossa terra. Naquele plano de zoneamento tem que estar o polígono da terra indígena. A gente não aceita negociar a nossa terra, não aceita que a nossa terra seja tratada como mercadoria. É terra, é mãe, e mãe não se negocia, se cuida. *Aweté*. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Nobre Vereador Claudinho de Souza.

O SR. CLAUDINHO DE SOUZA – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, já anunciada. Acho extremamente interessante a participação de todos nesse processo. Com Pirituba, temos uma convivência de longa data. Eu comentava há pouco com a Patrícia da época de adolescente ainda, quando frequentávamos essa região onde hoje inclusive há esse agrupamento indígena. Em Pirituba, morei aqui na década de 70 e voltei na década de 90, fiquei até dois anos atrás. Então, a gente vivia o problema de Pirituba como morador e hoje ainda tenho filhos morando aqui.

Todos sabem que, quando estamos nos bairros, as pessoas sinalizam com muita rapidez a necessidade do bairro. Há sempre várias necessidades, mas sempre algumas

despontam dentre várias. É antiquíssima a frase “Achem uma saída para Pirituba”. Temos o escoamento através da Edgar Facó; a Raimundo, que é a principal saída; uma grande melhora com o complexo Anhanguera, que pega os bairros mais ao fundo, que conseguem sair pela Mutinga, entrando num complexo que dá mais vazão para a saída do bairro. Em relação ao alargamento da Raimundo Pereira Magalhães - todos conhecem as dificuldades -, poderia ter surgido alguma coisa antes do *shopping* do cemitério e, agora, daquele adensamento do lado esquerdo, aquilo inviabiliza.

Tenho trabalhado muito no sentido de chamar a atenção do Governo para a José Peres Campelo, para tentarmos levar pelo menos até o terminal de ônibus, com possibilidade de ir até o Jaraguá, lá pela Felipe Pinel. Na Operação Água Branca, durante a negociação, a Câmara Municipal deu ao PSDB a possibilidade de oferecer uma emenda, uma sugestão para que fosse elaborada a proposta do PSDB. A meu pedido, a Ponte de Pirituba foi escolhida para ser contemplada pelo PSDB. Vejo com dificuldades essa ponte por conta dos acessos às Marginais, que vai cair no meio daquela saída da Bandeirantes com a Ponte do Piqueri. Então, acho que a preocupação neste momento, além do uso, é estarmos tentando discutir - e a comunidade de uma forma geral, dentro da linha que o Vereador Paulo Frange citou – as saídas; ou seja, a mobilidade de uma forma geral, que Pirituba não oferece a seus moradores nem internamente nem na interligação com os bairros.

Ficávamos felizes quando a administração atual comentava da possibilidade de fazer um minianel ligando por baixo da rede de transmissão que beira a Marginal, que daria alternativa para as pessoas irem para a direita ou para a esquerda sem terem que desembocar na Marginal; mas não vimos, até agora, nada de concreto e de fato. Ao contrário, cada vez mais prédios. Nessa região que o Vereador Paulo Frange sinalizou – onde era o Banespa, e me parece que essa zona 5 de adensamento coincide com essa área do Banespa - esperávamos fosse feita uma grande universidade. Ao contrário, mais uma quantidade de prédios ali, e essas pessoas terão dificuldade de chegar às suas casas e delas sair.

Então, a discussão é extremamente democrática e interessante, e há determinação da Comissão. O Presidente Gilson Barreto e o Vereador José Police Neto, outro estudioso, têm dado suas contribuições significativas para esse trabalho. Temos também o Vereador Eliseu Gabriel, com seu trabalho na região. O Vereador Paulo Frange é outro estudioso. Quem for ao gabinete do Vereador Frange hoje verá que se parece com ateliê de mapas da cidade de São Paulo, e ele tem discutido e recepcionado pessoas que o procuram para levar sugestões e lhes dá a devida atenção.

Obviamente, vamos melhorar. A Prefeitura tem essa boa intenção, tem profissionais do nível da Dra. Patrícia. A participação de vocês é extremamente importante. Muito obrigado por vocês terem saído de suas casas e virem participar da reunião. Vamos acompanhar, e ao final teremos uma proposta que melhore nosso bairro.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Vereador Claudinho de Souza.

Tem a palavra o Sr. Williams Fernandes da Silva.

O SR. WILLIAMS FERNANDES DA SILVA – Boa tarde a todos. Quando cheguei aqui, disseram: “Mas você estava em Perus e também está aqui?”. É porque são dois bairros coligados, na verdade, o desenvolvimento de um depende do outro. Sou morador de Pirituba e comerciante, morador de Perus e comerciante. Sabemos a dificuldade que há. O Vereador Paulo Frange disse bem sobre a preocupação com a saída. Minha preocupação é com quando fizerem a ponte, como vamos sair do outro lado, porque vai afunilar também. A gente conhece bem a situação, mas é um sonho de consumo Pirituba ter mais uma saída, essa é verdade. Então, nossa preocupação não é só ter a saída, mas fazer com que isso aconteça.

Venho falar também sobre a moradia.

“Vimos solicitar a V.Sa. a operação de zoneamento da área abaixo, onde atualmente se localiza a Sociedade Sul Riograndense de São Paulo, na Rua Comendador José de Matos, 139, desativada há muitos anos. É um espaço grande que temos, o qual está

protocolado, está aí com vocês. A área cujo zoneamento se pretende alterar está localizada entre duas regiões distintas, uma com elevada densidade demográfica e urbanização precária, ao norte da Subprefeitura de Pirituba, região conhecida como Jardim Clarice; outra, com interesse ambiental pela proximidade com o Pico do Jaraguá e Parque Bandeirantes. Esta não atinge a área indígena, que fique bem claro.

A região em um nó importante da rede de transporte coletivo de alta capacidade, para o desenvolvimento e a urbanização. Também é atendida por diversas linhas de ônibus, que alimentam o transporte ferroviário ou ligam a região às áreas mais centrais de Pirituba e da zona Oeste.

Assim, a intensificação do adensamento na área através do incentivo à construção de habitação popular pela transformação da área em ZEIS 3 garantirá, de um lado, uma oferta de moradia digna compatível com as necessidades da região Noroeste e, de outro, contribuirá de forma significativa para aliviar a pressão sobre as áreas de interesse ambiental mais além dela.

Com a otimização da utilização da rede de transporte público já existente se garantirá tanto maior eficiência do sistema como fácil acesso de futuros moradores de moradias populares a essa rede, assegurando qualidade de vida e fácil empregabilidade. Nossa maior preocupação é fazer com que as pessoas morem próximas ao emprego.”

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Há dez minutos, encerraram-se as inscrições. Tem a palavra o Sr. Cipriano Gomes, da Associação Comercial de São Paulo.

O SR. CIPRIANO GOMES – Viemos reivindicar que a Avenida do Anastácio, que o lado direito dela, descendo até a Via Anhanguera, seja uma zona de centralidade. Esse local estava inscrito no novo Plano até a metade. Não era isso, Vereador Eliseu Gabriel? Então, não do lado da City, mas do outro lado, que ela seja uma zona de centralidade, uma zona comercial, onde caberia tudo. E peço também que se estude com carinho a área da Avenida

Mutinga, hoje completamente estrangulada, até pela passagem que se faz para Osasco, o que aumentou muito o trânsito.

Uma preocupação que a Associação Comercial de São Paulo tem é realmente com a região de Jaraguá e Taipas. Jaraguá tem somente uma passagem, a sobre a linha do trem, que é o viaduto. É a única coisa que temos, não temos mais nada na região. Nós nos preocupamos muito com isso, pois não existe escoamento. Se do lado de lá eles vão pela Via Turística do Jaraguá, do lado de cá só há esse viaduto, que antigamente era passagem de nível.

Falando ainda do Jaraguá, temos que ter essa preocupação na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

A segunda etapa: Taipas. Totalmente estrangulada, totalmente parada. É uma região em que não se trafega mais em São Paulo. A única saída que existe, Elísio Teixeira Leite, parada, uma via só. Pela Cantídio Sampaio, é impossível se passar para a Brasilândia. Falar na Raimundo Pereira de Magalhães, a mesma coisa: não se consegue vir para cá. Aí, vai para onde? Para o Jaraguá? Vai atravessar para onde? Preocupação para a gente trabalhar em cima dessa Lei de Uso e Ocupação do Solo. Foi uma das preocupações que tivemos no Plano Diretor, para que isso entrasse, fosse contemplado; mas, infelizmente, está abandonada. Agora, vamos ter a ligação do Rodoanel. A única avenida que existe – porque as outras todas, plano zero – com o Rodoanel é exatamente a Raimundo Pereira de Magalhães, que é um fator de estrangulamento muito forte, tanto para Perus quanto para nós que moramos do lado de cá, incluindo Taipas e Pirituba.

Precisamos pensar com muito carinho, Subprefeito Carlos Diethelm. A gente tem muito carinho com isso. A gente adora essa área. Escolhemos morar aqui, mas escolhemos morar bem, lembrando sempre que nossa Associação Comercial defende o uso misto, onde o cidadão terá no mesmo local área de lazer, trabalho e moradia, tudo isso com qualidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Sr. Geraldo Soares Ramos.

O SR. GERALDO SOARES RAMOS – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, vim hoje solicitar atenção da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente para que sejam revistas algumas coisas que vêm acontecendo em nossa região, que são as nossas áreas de lazer. Os campos de futebol, que havia na região, quase todos foram vendidos para a iniciativa privada, para a construção de moradias. Então, não temos mais nada que nos sirva para o lazer dos jovens, e precisamos da prática de esportes para resgatar esses jovens que estão perdidos.

Sugiro também que seja mudado o zoneamento de um terreno entre as Ruas Félix Bogado e Gregório Tagle, para que sejamos contemplados por uma proposta apresentada no Conselho Participativo, na qual votamos e obtivemos 15 votos. Precisamos instalar um centro esportivo nessa região do Jardim Ipanema; então, eu gostaria que fosse mudado o zoneamento da área para que ela possa ser contemplada com esse equipamento.

Outra coisa que gostaria é, como foi falado anteriormente, que fosse dada atenção para a comunidade indígena maravilhosa que temos. Estamos hoje discutindo o zoneamento da cidade de São Paulo, mas nos esquecemos da nossa comunidade indígena, que representa os primeiros povos a habitarem aqui, os proprietários dessa terra maravilhosa chamada Brasil. Temos que prestar muita atenção a isso. Não vamos deixar os indígenas perderem suas terras. Sempre defendi essa comunidade, mas estamos observando um interesse mau sobre essa região.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Da parte dos Vereadores, os indígenas terão todo o apoio. Silvana Valli, com a palavra.

A SRA. SILVANA VALLI – Boa tarde à Mesa e a todos os presentes. É a primeira vez que participo de uma audiência pública. Vim como munícipe, mas acho que preciso de alguns esclarecimentos sobre esse projeto de lei, que não conheço, mas do qual estou me

inteirando agora.

Quando o Vereador Paulo fala das ZEIS 5, eu havia entendido que era para as comunidades de baixa renda. Sempre morei em Pirituba. O que percebo? Que há lançamentos imobiliários diários em Pirituba. Hoje abri minha janela e vi que a Pianofatura Paulista, que há tantos anos estava na nossa região, simplesmente foi derrubada; soube que vão levantar várias torres no local, e não se trata de moradias de baixa renda, não. Andando um pouco mais na Avenida Paula Ferreira, na região bancária, notamos outras tantas torres a serem levantadas. Subindo um pouco para a região da delegacia, outro empreendimento. O que percebemos? Uma sequência de empreendimentos. Se o problema viário já é grave, imaginem daqui a algum tempo como não ficará.

Agora, as minhas perguntas. Primeiro, a construção da Ponte da Raimundo resolverá esse problema? Como está o andamento disso? Há muitos anos uma comunidade se instalou ao longo da ferrovia, e talvez ela tenha que sair de lá por causa da construção dessa ponte, se é que é lá mesmo que essa ponte será construída. O que vai acontecer com essa comunidade? Essa é uma pergunta.

A construção da ponte da Raimundo é a única solução existente diante dessa perspectiva de piora do problema viário na região?

Foi comentado a respeito do Centro de Convenções. Como está o andamento disso?

Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Beth Brunetto, do Conselho Participativo.

A SRA. MARIA ELIZABETH BRUNETTO – Boa tarde à Mesa e a todos os piritubanos, jaraguenses, são-dominguenses, moradores de Taipas e de Perus. Sou ambientalista, ativista ambiental. Penso que vamos encontrar nossa vocação, já estamos encontrando nossa vocação. Faço um apelo à Mesa e aos presentes: se olharmos o grande

mapa da Macrorregião, notaremos que nossa vocação está em nossas mãos. Temos grandes áreas verdes no Norte, no Noroeste e em baixo, na zona Sul – Capão Redondo, Capela do Socorro, Pirituba. O papel importante de Pirituba - não só para nossa vida presente, próxima e futura – é a qualidade de vida que Pirituba pode dar para sua região e para a Cidade, com suas áreas verdes. Então, é isso o que temos que manter: nossas áreas verdes; e temos que encontrar nossa vocação e temos que ter orgulho de ser a terceira região de São Paulo com maior cobertura verde. Esse deve ser nosso grande orgulho, para nós, piritubanos, jaraguenses e moradores de São Domingos, Taipas, Perus e Pirituba. E é para isso que temos que lutar, para manter nossas áreas verdes.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

A SRA. MARIA ELIZABETH BRUNETTO - Que movimento de moradia e ambientalistas parem de se digladiar e façam um pacto pela vida e pelo verde. Não queremos nos digladiar com movimento de moradia, mas sentar com eles e discutir o que é melhor para todos. E temos que ponderar se moradia tem que ser sempre em área de proteção e em cima de nascentes. Isso não é possível, não é verdade? Nossa vocação ainda está caminhando.

Com relação ao papel de Pirituba, somos contrários – Sr. Presidente, Sr. Relator – a qualquer manobra que mude o zoneamento de Zepam para ZEIS na área de amortecimento de impacto do Pico. Não importa o discurso de que já existem áreas degradadas ou descaracterizadas: temos que lutar para que essas áreas que foram degradadas ao longo do tempo sejam revitalizadas, e não se transformem em ZEIS. Somos absolutamente contrários a qualquer manobra que mude a área de zoneamento de todo o entorno do Parque Estadual do Jaraguá. Lá tem que permanecer Zepam, não pode mudar para outra coisa. Senão, vamos fazer uma frente e nos mobilizar para isso não acontecer.

Temos que pensar também em revitalizar. Precisaríamos sentar e fazer um pacto pela vida, um pacto pelo verde na nossa região, chamar outras frentes e contar com a colaboração dos Srs. Parlamentares para isso. Devemos talvez pensar em um polo ecológico,

turístico, sustentável, que mantenha Pirituba bem visto. Chamo a atenção para isto: nós é que vamos garantir a qualidade de vida de toda a capital de São Paulo num futuro muito próximo. Em médio e em longo prazo, são as áreas verdes que nos garantirão a qualidade de vida.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Sônia Barbosa de Souza.

A SRA. SÔNIA BARBOSA DE SOUZA – Boa tarde. Sou Sônia, faço parte da comunidade do Jaraguá. Também faço parte da Comissão Guarani. O Thiago pede desculpas, Sr. Eliseu Gabriel, por falar que o senhor não foi a uma das aldeias. O senhor foi a uma das aldeias. A gente gostaria de convidar o senhor para conhecer as outras duas aldeias, próximas ao Pico do Jaraguá. O senhor foi à aldeia Tekoa Itakupe, faltam as outras duas. Eu já ia dizer, antes de o Thiago ter me induzido, eu já ia dizer que eu não tinha visto o senhor em nenhum momento lá. Então, a gente convida o senhor para ir, também o Sr. Paulo Frange.

O SR. ELISEU GABRIEL – Encontrei com o David lá na aldeia. Cadê ele? (Pausa)

A SRA. SONIA BARBOSA DE SOUZA – O David está ali.

O SR. ELISEU GABRIEL – Eu já tinha ido outras vezes, mas não com você. Também vim aqui na parte de baixo várias vezes, mas nunca pedi votos, porque eu nem sabia.

A SRA. SONIA BARBOSA DE SOUZA – Eu vou falar, porque o meu tempo está correndo. Vim para falar em nome da minha comunidade. Sofremos muita discriminação naquele lado. A população nem sabe que ali existe a aldeia. Muitos dizem: “Não sabia que aqui havia uma aldeia, porque ali parece uma favela, uma região de ciganos”, etc. Então, a gente está mostrando que somos, sim, índios, moramos dentro do Estado de São Paulo, fazemos parte dessa população.

Recentemente, o Ministro assinou a portaria declaratória com 532 hectares de terras para nós, é nossa área. Ainda há pessoas que estão invadindo essa área, dizendo que são donos. Essa é uma dificuldade enorme para nós, porque se um não índio entra em uma

área e faz a casa que quer, ninguém reclama; mas se um índio faz uma casa dentro da própria área, chega uma pessoa e diz que é dona e o índio sofre uma reintegração de posse, como ocorreu tempos atrás. Essa é uma dificuldade que enfrentamos.

Quando temos oportunidade de fazer com vocês, de estar próximos de vocês, é justamente para isso. Nós existimos, não somos invisíveis. Também temos direito à Cidade. Estamos ali para proteger uma área verde, como aquela senhora falou antes de mim. Não somos destruidores da natureza. Não estamos aqui para impedir o desenvolvimento do País. É isso o que o Governo diz: que existimos para impedir o desenvolvimento do País, o que não é verdade. Somos índios protetores da terra, protetores da natureza. É por isso que brigamos por essa terra, e não para destruí-la, sujá-la ou outra coisa qualquer, como a população vive dizendo.

Muito obrigada. Agradeço a todos e quero dizer que existimos para proteger, não para destruir. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Isaías Virgínio da Silva, Conselheiro Gestor de Saúde.

O SR. ISAÍAS VIRGÍNIO DA SILVA – Boa tarde. Eu aqui de novo. Cumprimento a Mesa mais uma vez. Só que agora há o nosso companheiro Subprefeito, que foi nosso engenheiro, do nosso bairro, no tempo da construção.

Eu já falei lá em Perus sobre a regularização fundiária, mas agora, como é a mesma Mesa, quero falar sobre a canalização do Córrego do Jardim Rincão, que passa no Pinheirinho D'Água, que vai para o Jardim Alvina. O pessoal de lá já me procurou na semana passada para ver se a gente faz uma mobilização para que seja canalizado o córrego, para que depois seja aberta aquela rua do Jardim Alvina para sair na Raimundo Pereira de Magalhães, do outro lado. Ali, para se voltar, se houver uma emergência, é muito difícil. Mas, já estando no Jardim Alvina, já sai direto na Raimundo Pereira de Magalhães. Então, peço que seja

canalizado esse córrego. Não quero tomar muito tempo, pois já falei bastante lá em Perus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Batatinha. (Palmas)

Tem a palavra a Sra. Marinalva Gonçalves de Brito.

A SRA. MARINALVA GONÇALVES DE BRITO – Boa tarde a todos. Quero reivindicar à Mesa que se priorizasse, nessa questão do zoneamento, a regularização das áreas pelas quais a gente, dos movimentos de moradia, até hoje luta, especificamente a área onde moro, Jardim Paquetá, que era particular. Na gestão da Prefeita Luiza Erundina, essa área foi decretada como de interesse social. Desde então, a gente vive na luta tentando regularizar, mas até hoje não conseguimos o título de propriedade, ao qual nós temos direito.

Gostaria de saber da Mesa, do subprefeito, como anda a questão de regularização do Jardim Paquetá. Ao mesmo tempo, quero pedir que, na questão do zoneamento, se dê uma atenção ao comércio do Jardim Paquetá, da Vila Zatt e Vila Mirante, pois a gente sabe que 90% de São Paulo está irregular, mas sabemos também que, quando se está irregular na parte mais nobre, não se sofre tanto como estar irregular na periferia. Somos multados, somos perseguidos; bares, restaurantes, lojas, comércio em geral, não podem trabalhar. Coisas que estão lá constituídas há mais de 30 anos, não sei por que não aproveitar este momento tão importante, de mudança da Lei de Zoneamento, para fazer um estudo e regularizar, pois, a partir do momento em que se regulariza, as pessoas trabalham com mais consciência, pagam seus impostos – apesar de que já pagamos – e se oficializa.

Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Carla Graziela Amaral Santos.

A SRA. CARLA GRAZIELA AMARAL SANTOS – Primeiramente, acho muito legal ter este espaço aberto para poder conversar diretamente com os políticos e discutir sobre o nosso bairro. Em particular, vou falar do meu bairro, o Parque São Domingos, que, apesar de

ser um bairro abençoado, com muito verde, tem dois problemas. O parque está sendo usado por muitos usuários de drogas, o que está afastando muito a comunidade de lá. Peço aos senhores, principalmente ao Subprefeito, que deem uma olhada nisso, porque é o nosso parque. Outra preocupação é a invasão de um terreno da Eletropaulo, muito grande, que está sendo destruído; estão acabando com tudo. Lá está começando uma coisa muito grande. A gente tem que se prevenir antes de qualquer coisa.

São essas as questões que queria abordar com vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Carla.

Tem a palavra o Sr. Nelson dos Santos, da associação União Federativa - Região Noroeste.

O SR. NELSON DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa; ao Carlos Eduardo, Gestor do CEU Perus; ao Vereador Eliseu Gabriel; ao Vereador Gilson Barreto, também da zona Leste; ao Vereador Paulo Frange.

Muitas coisas que eu ia falar já foram faladas. A nossa associação, a União Federativa, pede um pouquinho de ajuda no sentido de dar um pouco mais de condições de trabalho ao nosso Subprefeito de Pirituba e também ao de Perus e da Lapa, porque eles não estão conseguindo fazer o que eles têm vontade de fazer. É preciso que sejam dadas condições de trabalho a eles. Todo mundo conhece a nossa região. Estou aqui conversando como líder comunitário e me interessa muito pela saúde, pela educação, pela segurança, pela moradia, pelo transporte. Agora, quero saber dos Vereadores quem de vocês realmente está dando atenção a esses cinco temas que acabei de citar.

O pessoal já falou quase tudo, mas o que também nos interessa são esses cinco temas. A minha associação abrange Pirituba, Jaraguá, Perus, Taipa, Morro Doce, São Domingos, Jaguará, Piauí. Eu conheço palmo a palmo dessas regiões e sei que os Vereadores também conhecem todas essas áreas. Então, Vereadores, com muito respeito e consideração, eu lhes pergunto: quem de vocês é o Vereador de Pirituba? Dois Vereadores foram embora: o

José Police Neto e o Claudinho de Souza. Eles deveriam estar aqui para ouvir um pouco mais da gente, porque ando por todos esses lugares que citei quase todos os dias. Só não ando mais porque não tenho condições.

A saúde está dando um trabalho danado para a gente, que é líder comunitário e respeita a comunidade da nossa região.

Os Vereadores falam que Pirituba tem um dono, que Perus tem outro e que Lapa tem outro. Quero, então, saber de vocês quem realmente comanda Pirituba, porque a região está mal. O trabalho na nossa região está muito mal, principalmente a CET, que hoje só sabe multar e não faz mais nada. É isso o que eu sei.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo Silva, Subprefeito de Pirituba.

O SR. CARLOS EDUARDO SILVA DIETHELM – Boa tarde a todos. Cumprimento os componentes da Mesa: o Vereador Gilson Barreto, o Vereador Eliseu Gabriel, o Vereador Paulo Frange e o nosso administrador do CEU.

Agradeço a vocês a presença e ressalto a importância da fala do Sr. Nelson, que fez algumas ponderações. Quem manda na Subprefeitura de Pirituba é o Subprefeito de Pirituba. Nós temos alguns colaboradores na Câmara, sensíveis aos problemas da nossa região, a quem nós pedimos apoio em relação às tratativas com a comunidade. São eles: Vereadores Eliseu Gabriel, Paulo Frange, dentre outros, que nos mandam emendas para conseguirmos fazer alguma coisa a mais que não esteja na previsão orçamentária. Esse ponto cabe ressaltar.

Outro ponto importante é a participação também dos técnicos da Prefeitura em relação ao importante tópico do zoneamento da cidade de São Paulo. Uma vez aprovado, é a subprefeitura que tem de exercer a lei para fazer valê-la. Muitas das incoerências que acabam surgindo no zoneamento acabam posteriormente se refletindo na legalização de alguns imóveis

e na fiscalização, que depois acaba sendo penalizada e sendo tachada de incoerente e coisa do tipo, quando, na verdade, a lei está sendo exercida. Então, é muito importante esse diálogo com os Vereadores, que, neste momento, estão trabalhando nesse sentido.

Foi feito um Plano Diretor e, agora, um zoneamento em cima dele, de suas diretrizes passadas. Em paralelo, existe a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que vai respeitar e dar artifícios legais, jurídicos para que o zoneamento possa realmente exercer seu papel de modificação nas diretrizes da Cidade.

Claro que a gente pensa em vias de acesso, em moradia, no comércio perto de casa, no lazer, porque a gente quer uma Cidade melhor; todos querem uma Cidade melhor. A tentativa de se modificar, de se fazer uma revisão é nesse sentido, e por isso existe essa proposta. Eu pediria que a comunidade e o pessoal do Conselho Participativo, que também está aqui presente, continuem acompanhando esse processo da revisão de zoneamento e que procurem os Vereadores para apresentar os casos específicos em relação aos quais a comunidade não está concordando no momento para que eles levem para a Comissão. O debate agora é na Câmara, que está aqui para justamente abrir um canal de diálogo com vocês. Senão, só daqui a 16 anos. Por isso é importante esse acompanhamento.

Para concluir, eu queria lembrar a vocês que estão abertas as inscrições para os representantes do Conselho Participativo. Há o Conselho Participativo de Pirituba, Jaraguá e São Domingos. Serão 43 representantes que vão opinar - e já começaram no ano passado a opinar sobre obras prioritárias na região. A Subprefeitura tem participado com o Conselho e é importante a sua opinião, que nos traz demandas localizadas e opina sobre qual obra a subprefeitura vai priorizar na administração central. As inscrições vão até o dia 4 de setembro, na sede da subprefeitura. Quero lembrar a todos os que querem participar das decisões da subprefeitura em relação à Prefeitura central, em relação à aplicação dos recursos, que se inscrevam e venham participar como representantes e conselheiros. Temos procurado participar do Conselho para ouvir e absorver muito das opiniões da comunidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Carla Zarzur Rinaldi.

A SRA. CARLA ZARZUR RINALDI – Boa tarde à Mesa e a todos. Eu represento um imóvel situado na Raimundo Pereira de Magalhães, que foi gravada como Zepam. Ocorre que essa área não tem vegetação nativa, mas constitui-se de eucaliptos, que foram plantados pelos proprietários. Tendo em vista o entorno, o *shopping* e os demais empreendimentos, nós estamos pleiteando que seja alterado esse zoneamento, para que ele siga a vocação do entorno e atenda ao interesse do Município. Por isso, que o zoneamento seja mudado de Zepam para ZEIS 5.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigada, Carla.

Tem a palavra o Sr. Fabiano, gestor do CEU Pirituba, Sr. Fabiano de Assis Gontijo.

O SR. FABIANO DE ASSIS GONTIJO – Boa tarde a todos. Cumprimento os membros da Mesa e todos aqui presentes. É sempre um prazer receber a comunidade neste espaço, que, quero deixar gravado, é de todos nós. Vocês são muito bem-vindos não só para eventos, mas também para usufruir de toda a estrutura que o CEU possui.

Falar de zoneamento e de mobilidade numa cidade como São Paulo é sempre um assunto difícil, visto que é uma cidade enorme, com uma série de peculiaridades. São muito importantes momentos como este, em que a população é ouvida e quando ela pode se mostrar e trazer aquilo que é de conhecimento de cada um e que é específico de cada espaço, de cada comunidade. Nós temos realmente que usar esses espaços e aproveitar momentos como este, em que os Vereadores estão aqui para nos ouvir.

Temos também que ter em mente que falar de zoneamento, ainda mais em relação a uma proposta que visa o futuro, requer, sim, a atenção de todos, pois são tratadas questões como a mobilidade, o meio ambiente, as questões sociais. Isso é construir uma cidade cada

vez melhor, é construir uma vida cada vez melhor para nós que aqui vivemos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Leonor Galdino, da Associação Zona Oeste.

A SRA. LEONOR GALDINO – Boa tarde à Mesa e a todos. Queria só fazer um esclarecimento à colega ambientalista. Nós do movimento de moradia também defendemos o meio ambiente, pois é uma questão de vida e de sobrevivência, tanto que, nos nossos projetos habitacionais, por lei, são destinados 30% da área para o verde. Só para esclarecer que o movimento de moradia, que luta por moradia, não diverge nas questões do meio ambiente.

Quando vimos aqui solicitar demarcação, estamos lutando para que áreas livres, vazias, que não têm função social, sejam demarcadas, seja para ZEIS, para ZEIS 5 ou para Zepam, tanto que nós, do movimento de moradia, conseguimos fazer uma demarcação muito grande, de 202 mil metros quadrados, na área da Brasilândia, na altura da Avenida Deputado Cantídio Sampaio nº 4800, onde será construído um parque. Todo mundo aqui sabe que a Brasilândia é próximo de nós, faz divisa muito grande, e lá não há parque. Então, é uma luta grande que o movimento vem fazendo há 20 anos, mas que só agora conseguimos fazer essa demarcação, onde atualmente há assentadas 1.470 famílias, que vão ser removidas pela Prefeitura e vão receber o Bolsa Aluguel a partir de dezembro.

Aproveitando a minha fala, que vai de encontro com o que a Marinalva falou, há vários conjuntos habitacionais na região do Jaraguá, que compõem quase cinco mil unidades habitacionais, onde hoje há famílias morando há mais de 20 anos sem o documento que leva o nome da mulher, uma luta das mulheres para ter o documento da casa em seu nome, já que é ela que tem o pátrio poder, mas ainda não o direito de conseguir a casa.

Nós viemos aqui para pedir para demarcar como ZEIS três áreas que estão vazias: a área do Spama, bem próxima ao *shopping*, na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães; a área da Avenida Doutor Felipe Pinel, em Pirituba, uma área que está gravada para ser

centralidade, mas que cuja área a gente também reivindica que seja demarcada como ZEIS – Zona Especiais de Interesse Social – para fins de moradia; e a área da Avenida Paula Ferreira, 1.224, na Vila Barreto, que está vazia.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Maria da Conceição Amaral, da Rede de Proteção da Pessoa Idosa.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO AMARAL – Boa tarde à Mesa e à Plenária. A minha reivindicação é que os Srs. Vereadores façam um projeto para a melhora da acessibilidade das calçadas, pois é impossível um idoso, uma pessoa com deficiência visual ou não, andar nessas calçadas.

Esse é o meu pedido.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigada, Sra. Maria da Conceição.

A respeito dos indígenas, vou pedir que depois a Dra. Patrícia faça sua exposição.

Quero repetir algumas coisas que já falei, pois algumas pessoas chegaram um pouco atrasadas. Esse projeto chegou à Câmara e agora a responsabilidade é da Câmara Municipal de São Paulo, especificamente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Ninguém vai mexer nesse projeto sem que antes ele passe por essa Comissão. Isso eu quero deixar claro.

Na Câmara, poderiam ser feitas quatro a cinco audiências públicas sobre esse projeto. Mas não. Conforme o sentimento dos Vereadores da Comissão e de alguns que estão comprometidos com as periferias de São Paulo, resolvemos realizar 47 audiências públicas; inclusive haverá uma audiência pública com a participação de movimentos religiosos. Possivelmente também haverá mais algumas, que vamos marcar, já previstas. O número chegará a 50, 55, 60 audiências públicas. Não temos pressa. O que não nos falta é paciência. Nós Vereadores já estamos calejados, pois grande parte de nós já esteve do outro lado, onde

vocês estão agora. Sou de movimento popular, comecei com os movimentos populares, nos bons tempos. Por isso, a gente conhece a realidade de cada bairro, de cada região. Também já fui assessor da Subprefeitura de Pirituba, onde trabalhei por dois anos. Então, conheço a região tanto quanto alguns dos Vereadores. Além disso, há os Vereadores que constantemente participam com vocês.

Quando se fala de regularização da terra, antes não podia porque o Ministério Público abria uma ação criminal contra o ex-dono da terra e também contra as pessoas que a tinham invadido. Até hoje ainda há muitos projetos assim.

Essa lei está dando um instrumento para a legalização da terra, das ZEIS, e regularizando também os imóveis comerciais. Porque um grande erro do Poder Público era, na hora de asfaltar, para economizar, fazer asfalto apenas em três, quatro metros, numa rua que tinha dez metros. Hoje, conseqüentemente, há problemas de rua com apenas três, quatro metros de asfalto apenas.

Graças a Deus também vai acabar aquele negócio de rua local, rua coletora, rua expressa. Com esse projeto, isso vai acabar, não vai mais ter isso. Haverá as regiões onde se poderá construir. Outra coisa que vou lançar agora, para a qual vou pedir todo o apoio da Comissão é sobre esse negócio de ZM e ZMIS. Ora, se o bairro está totalmente adensado, por que não ZM, que praticamente é a mesma coisa? Só para bater o carimbo de pobre nesse negócio? Tem que mudar. A gente, vocês, precisa começar a bater nessa tecla. ZMIS – Zona Mista de Interesse Social. Por quê de interesse social, se o bairro já está adensado? Tem que passar para a Zona Mista e acabar com esse negócio só para dizer que há quantidade de terra para os pobres. É preciso acabar com isso.

Há 20 e tantos anos, fui um dos poucos Vereadores a apresentar projeto de lote urbanizado, pois havia muita terra, e a Prefeitura dividia em lotes, principalmente as áreas que estavam sendo compradas por pessoas que as dividiam de qualquer jeito. Isso está tudo ilegal até hoje.

Por isso, a Câmara Municipal de São Paulo está dando um instrumento para o Poder Público resolver esse problema. Eu acho que o Poder Público tem que chamar para si o problema da terra. Se tem que desapropriar, que desaproprie; se tem que pagar, que pague. Que a Prefeitura, então, chame para si a responsabilidade e forneça a documentação da terra para todo mundo. Esse é o sentimento principalmente dos Vereadores que trabalham com a periferia. Nessas audiências públicas, queremos exatamente isso.

Outra coisa. Não temos constrangimento nenhum em receber, a partir de hoje, os movimentos de habitação, cujo trabalho é legítimo, assim como os empresários que querem construir indústrias ou defender seu quinhão. Gente, há espaço para todo mundo. Dá para resolvermos o problema de todo mundo. O que é preciso é a unidade de todos nesse processo, pois é uma lei que vai valer por 16 anos, e o que a gente quer é que seja bom para todo mundo, para os indígenas, para os empresários, para o movimento popular, para todo mundo. O que não dá é para enganar, é pegar uma área adensada num bairro hoje considerado de classe média e classificá-lo como ZEIS para enganar o movimento. Aquela terra nunca vai ser vendida para o movimento, porque a conta não fecha. O Minha Casa Minha Vida dá 76 mil reais; o Governo do Estado dá 20; a Prefeitura, 20. Isso soma 116 mil reais. Se custar mais de 200 mil reais o metro, ninguém constrói nada. Então, isso é engodo, é para dizer que há terra para pobre, e essa não é a realidade. Isso a gente precisa ver, porque o pessoal está falando que vai morar em Moema, porque lá tem uma área que vai ser ZEIS. Gente, isso é engodo! Isso é para enganar. Parem com isso. Temos que ver onde há terra para construção para poder demarcar, porque lá, sim, será habitação. Se é coerente e está dentro do processo, nós vamos analisar caso a caso. O que não dá é para os menos avisados acharem que estamos tirando deles as ZEIS.

Posso dar vários exemplos. Fui olhar sobrados, comércio, tudo adensado, com cinco metros de frente e 130 metros, 150 metros, quando muito 300 metros, com pessoal morando, com comércio na frente. Os senhores acham que vão vender, caso a caso, para

poder construir e fazer moradia popular? Isso é engano. Vamos parar com esse negócio de enganar. Não dá mais. Estamos em pleno século XXI. Parem com isso. Hoje eu tenho dó do Sr. Subprefeito, pois nem dinheiro há para comprar papel higiênico para as subprefeituras. Não há. Eu já fui a algumas. Não há. Essa é a realidade. Não é culpa de S.Exa. não, não é culpa de S.Exa. não.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Não é culpa de S.Exa. não. Ficam correndo atrás de Vereadores, para darem emendas para fazer alguma coisa no bairro. Eu sei. Não é culpa dos técnicos. Temos o maior corpo técnico na Prefeitura e na Secretaria, e eles precisam ser valorizados. Sou Presidente, mas, acima de tudo, sou Vereador e cidadão. A gente tem essa oportunidade de falar isso, e todos os senhores juntos precisam saber e ajudar, para a gente consertar esta Cidade. Há muita gente contra as audiências. Se não são feitas, nós vamos fazer. Queiram ou não queiram, vão ter que engolir 47 reuniões. Vão chegar a 50. Vão ter que engolir. Vamos ouvir. Já ouvimos os movimentos sociais. Se a Secovi quiser reunir, nós vamos reunir. Se a CIESP quiser, se a Associação Comercial, onde o pessoal tem trabalhado muito, quiser, e se os rotarianos quiserem também fazer audiência, vamos fazer sim. Este é o sentimento da Câmara Municipal de São Paulo, com grande apoio do Sr. Presidente, Vereador Antonio Donato, que tem nos dado todo apoio a isso.

Quanto ao Governo ultimamente, eu não posso falar em termos do plano, mas tem havido a sensibilidade de ele saber que a situação precisa ser mudada; e nós vamos mudar o que precisar. Se tiverem dúvidas, procurem a gente. Não há problemas. Nós somos do ramo. Nós somos pisadores de barro. Isso é o que nós somos.

Tem a palavra a Sra. Patrícia, para falar dos homens e das mulheres que desbravaram esta Cidade.

A SRA. PATRÍCIA – Boa tarde a todos. Eu só queria reiterar uma questão. A gente tem circulado bastante. No sábado passado, fomos a Parelheiros. Hoje de manhã, fomos a

Perus e agora a Pirituba. Nas três subprefeituras, há a questão dos territórios indígenas. Em todas elas, a gente tem deixado muito claro - isso é importante para as Lideranças e é superimportante os senhores explicitarem isso - uma questão, que terra indígena tem um regramento vinculado à legislação federal. O que é a taxa de ocupação, se é que existe, onde vai haver a oca, a casa do Pajé, tudo isso quem cuida não é a Prefeitura, não é o Estado, mas sim o próprio índio, dentro de uma legislação da Funai. A gente, enquanto município, trata da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Não existe uma zona de uso terra indígena. Durante o processo de discussão da lei, a gente discutiu muito isso. Não há como pormos terra indígena. Falamos Zona Mista, ZEP, Zepam, Zona Corredor ou Zona de Interesse Social. Não existe terra indígena para a Prefeitura de São Paulo, sob o ponto de vista de zoneamento. O que a gente fez? Procuramos a Funai, pedimos os limites das três terras indígenas, em Parelheiros e aqui na região de Perus e Pirituba. Foi-nos passado o *shape*. Aqui inclusive sobrepõe ao Parque Estadual do Jaraguá, que foi até à fala do gestor, reclamando da Zepam. A única alternativa que a gente encontrou, até para preservar, perante a legislação municipal, o direito dos senhores, é se grafar como a zona mais restritiva para a ocupação, que é a Zepam. Então, todo o *shape*, todo o território indígena está grafado como Zepam. O que não há problema algum, mas está, em discussão é se, na terra indígena, além da Zepam, pudesse haver um hachurado, dizendo “terra indígena”. Para nós, não há problema. Talvez criem uma Zepam/TI. Apesar de serem três áreas, são áreas expressivamente. Sob o ponto de vista territorial, talvez haja uma Zepam/TI ou uma Zepam/parque, para que olhemos não só nós, “entendidos”, entre aspas, mas todo mundo, para que saibamos que lá há terra indígena, há um parque ou haverá um dia um parque. Não sei se isso tranquiliza os senhores, mas, onde está a Zepam, é o reconhecimento de que há terra indígena. Aí a gente tem que ver o que pode fazer.

Há outra discussão. Algumas pessoas falam que há erros na gravação de Zepam ou não. É lógico que pode haver erros, porque a gente está sujeito a erros, mas eu trabalhei a parte ambiental junto com três pessoas, e Zepam não é só área de mata. Zepam é onde há

córrego, onde há nascente e onde há área permeável. Não é porque está vazio, como a colega falou, que não há mata, que num dia, volte a haver a Mata Atlântica. A gente está terminando de fazer o Plano Municipal da Mata Atlântica, e muitas áreas que estão degradadas podem ser de novo recuperadas. Então, esse é o espírito que a gente demandou para grafar as Zepams.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Peço desculpas para as pessoas que pediram para se inscrever depois, mas nós já havíamos encerrado as inscrições: os Srs. Armando Lopes Batista, Assessor Parlamentar do Vereador Claudinho de Souza, Osvaldo Silva, professor, e Laerte Brasil.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange, relator, para fazer um relato geral do que os senhores falaram, em breves palavras.

O SR. PAULO FRANGE – Eu quero primeiro agradecer, mais uma vez, aos senhores, por estarem aqui até este horário. Esta, sim, é a democracia participativa. Nós não podemos deixar isso nunca. A audiência pública é muito importante por isso.

Sr. David e seus companheiros das aldeias indígenas, nós temos muito carinho com essa questão. Esse assunto está na mesa. Nós estamos trabalhando isso já há um bom tempo. Desde que chegou, a gente tem acompanhado isso. Nós estamos aguardando as audiências públicas para ouvir os senhores num ambiente dos senhores e mais perto dos senhores. Ouvimos e aprendemos muito na região de Parelheiros. Já conhecemos muito o trabalho aqui no entorno e toda a história dos senhores.

Aliás, David, o senhor é uma grande esperança da nação indígena em São Paulo. Primeiro, o senhor é articulado e não falha. Eu vou dizer o porquê. A impressão de que Vereador não faz nada não existe. O senhor foi ao Sr. Desembargador - eu acho que ninguém aqui teria peito para fazer isso - Presidente do Tribunal Regional Federal de São Paulo, Sr. Fábio Pietro, para despachar pessoalmente com S.Exa., que atendeu o Sr. David por causa da discussão da terra indígena. Eu tinha outra agenda no mesmo momento, quando eu soube que

o senhor estava lá, e S.Exa. adorou a camiseta com que o senhor chegou. É um dos homens mais importantes da Justiça Federal. O Sr. Fábio Pietro ficou encantado com a sua coragem, de ter ido lá e defender a posição dos indígenas e ter falado com S.Exa. pessoalmente. O senhor está lembrado do Sr. Fábio Pietro?

Por causa disso, Sr. David, e por causa da forma como nós conhecemos a história do Sr. Fábio Pietro e a forma sensível como S.Exa. entendeu o seu caso, nós apresentamos o Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Fábio Pietro, que é nascido em Santos. Então, S.Exa. vai receber o título e o senhor é o convidado a ir lá, porque ninguém mais fala mais do senhor hoje do que o Sr. Desembargador, o Sr. Presidente do Tribunal Regional Federal.

Na mesma data, saiu a decisão do Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, que foi Vereador conosco, colega nosso, com quem trabalhamos juntos. Foi o primeiro Vice-Presidente de S.Exa. na época, quando assumiu o mandato, no mesmo ano do meu mandato. Então, a gente tem acompanhado esse trabalho dos senhores, puxando e ajudando a estar por perto, porque nós não podemos interferir na Justiça, mas estávamos com medo que cometessem injustiça com os senhores.

Quanto ao que a Sra. Patrícia colocou aqui, eu sou avalista dessa discussão. Como não conseguimos chegar a uma forma de encontrar, pois não há uma Lei de Zoneamento, no Brasil, com demarcação, nós estamos tentando achar o que pode ser feito. Se eu posso colocar, no zoneamento, terra indígena, uma das situações que nós discutimos, na semana passada, e está evoluindo é: “Como a gente demarca? Como pode um índio explicar para o filho qual é o limite da sua terra e qual é o limite do vizinho, se não há um muro?” É importante os senhores saberem onde está o seu perímetro. Então, nós estamos tentando encontrar uma solução, no Executivo, antes de apresentar o primeiro relatório, que será no final de outubro. Nós vamos chamá-los, para poder explicar o que é que nós conseguimos. Com certeza, haverá alguma coisa a mais, ou demarcar o perímetro ou registrar o perímetro em texto. Isso não seria bom. O ideal seria ficar no mapa mesmo. Poderia haver uma Zepam, exatamente como a Sra.

Patrícia colocou, com terra indígena “barra” alguma coisa, com um perímetro desenhado, onde está a área dos senhores, mas não está esquecido esse assunto. Podem ter certeza que estamos tratando disso. Essa é uma posição. A gente vai tentar encontrar uma solução, para poder demarcar essas áreas.

Lá na região Sul, a situação está um pouco mais grave, porque está havendo invasões em áreas indígenas. Até na Capivari-Monos, há invasão de cratera hoje. Então, nós precisamos tomar cuidado, para não se perder a beleza que há. Com relação à Zepam, é exatamente isso. Não é só verde e terra vazia. Se a deixarem lá sozinha, dentro de alguns anos, quando voltarem lá, a nossa Mata Atlântica vai estar lá, porque essas sementes chegam pelos passarinhos ou de outra forma. Ela retorna. Quanto a essa área, que foi degradada e que hoje só serve à permeabilidade, a mata volta. Se havia mata, nós vamos ter que fazer o máximo possível para preservar o pouco do verde, porque nós estamos vivendo uma crise hídrica sem precedentes na nossa história. Nós podemos ficar até numa situação muito pior.

Agora, a partir desta semana, nós já estamos buscando água de Guarapiranga para abastecer a região da Paulista. É mais uma área que deixa de depender do Sistema Cantareira. Daqui a pouco, não haverá mais estrutura para a Cantareira. Quase 2/3 da nossa Cidade está dependendo hoje do Sistema Guarapiranga-Billings. Então, nós estamos preocupados mesmo com o verde aqui e com toda a situação que envolve a região inteira da Cantareira, inclusive os municípios vizinhos.

A nossa preocupação, com relação a demarcações de ZEIS, é muito grande. Hoje há quase 13% do território demarcado com área reservada para o verde, para Habitação de Interesse Social, na ZEIS 1, onde há áreas com problema de regularização fundiária; na ZEIS 2, onde há terrenos vazios, e na ZEIS 3, onde há áreas que estão em processo de degradação, com galpões industriais abandonados. Há dinheiro do fundo municipal do desenvolvimento urbano para isso. A ZEIS 4 está em área de mananciais. Nunca construíram uma ZEIS 4, mas estão reservadas essas áreas. A ZEIS 5 é onde nós podemos atender à população que ganha

de três salários mínimos até seis salários mínimos, dentro do mesmo perímetro.

A nossa preocupação é que isso adense muito. Na verdade, as áreas foram demarcadas. Os Vereadores Gilson Barreto e Eliseu Gabriel conhecem muito bem isso. Elas geralmente são muito próximas do sistema de transporte, e nós estamos adensando demais. Será que nós não vamos fazer adensamento populacional muito denso nesse sistema, que já não está atendendo à necessidade hoje e muito menos do que há para atender para 2025? Essa é uma preocupação muito grande.

Como alguns dizem que Vereador não serve para nada, eu vou antecipar uma notícia que, até então, ninguém sabe, nem meu gabinete, só mesmo quem foi comigo lá na reunião para discutir esse assunto, que já tratamos há algum tempo. Há uma situação junto ao Ministério das Cidades: São Paulo vai a ser primeira no Brasil, e vai o Brasil inteiro copiar São Paulo de novo para edificar Habitação de Interesse Social vertical para doze andares com elevador. De que jeito? O município vai bancar a conta do elevador de cada unidade. Então, vão ser as mesmas casas, do mesmo jeito. A diferença é que para serem aproveitados locais onde há metrô por perto, estações de trens perto e transporte público de massa, esses prédios serão verticalizados até o andar nº 12. A conta do elevador é do município. Mais: dez anos de manutenção desse elevador serão por conta do município. Isso vai ser depositado na conta do condomínio.

Portanto, gente, nós estamos trabalhando muito para que haja moradia com dignidade, com transporte e com escola perto. Nós não podemos ficar adensando também lá perto do mato, onde nós vamos agredir o verde e as pessoas vão ficar distantes. Então, essa situação deve ser publicada nos próximos dias. O contrato está na mesa do Sr. Secretário de Habitação. Já está tudo certo com o Governo. É o interesse do Governo atual e é o interesse do Ministério das Cidades. Isso vai acontecer pela primeira vez no Brasil. Eu não tenho dúvida alguma de que isso vai ser copiado pelo Brasil inteiro. É um custo inicial para o município, mas onde há terreno caro - o Vereador Gilson Barreto acabou de falar isso -, dependendo do preço

do terreno, a conta não fecha e não se constrói. Se a gente puder construir doze andares, nós podemos, aí sim, fazer com que o terreno feche a conta.

Quanto a algumas áreas que estão demarcadas perto de prédios de elite, prédios com 20 ou 30 andares, alguém pode falar: “Puxa vida, agora vêm os predinhos de cinco andares do lado. Dá impressão de que é prédio de pobre”. Pois é, não vão ser. Podem perguntar: “Por que doze e não vinte andares?” Porque Habitação de Interesse Social, no custo que ela tem e na forma como é construída, diferente de fundações, como é feita na outra, fecha a conta, desde que vá até o 12º. A partir daí, tem que haver uma fundação e outro tipo de estrutura, que encarece tanto que, de novo, não cabe a conta dentro daquilo que a Caixa Econômica Federal paga, daquilo que o CDHU produz e daquilo que o município pode pagar. Portanto, até o 12º, o preço é o mesmo. Então, nós fizemos todo esse trabalho de acompanhar. Eu não sou autor disso. Quem fez e mandou fazer isso é o atual Prefeito, mas nós estamos acompanhando.

Sr. Nelson, a gente faz muito isso. Às vezes, o senhor tem uma visão equivocada dos Vereadores, até porque, do jeito que acontece, em Brasília, todo mundo passa a ter mesmo essa visão; mas fica todo mundo convidado a acompanhar a gente. Nós temos todo o carinho em receber o trabalho dos senhores junto conosco. Nós estamos respondendo todos os *e-mails* que vão para o gabinete e para a comissão. Ontem, nós lemos o último *e-mail*, que foi retornado. Eu li agora para checar o horário, às 3h18, quando estávamos retornando o *e-mail*. É uma falta de educação pessoas mandarem para nós *e-mails* com suas ansiedades - que, muitas vezes, saem de uma reunião como essa - e a gente não responder nada. Portanto, aqueles que são da comissão, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente inteira vai responder periodicamente. Agora, às vezes, a gente vem e alguém quer falar com a gente. Mandam um problema e a gente não responde. Nós estamos tentando fazer tudo, para que a gente possa atender, ao máximo, aos senhores.

As demandas que vieram aqui são todas legítimas. Essa é mais uma audiência

pública muito boa. A de Perus foi excelente também. Contem conosco. Continuem insistindo. Passem os problemas para o Vereador mais próximo ou para quem vai à Câmara. Usem a internet. Os senhores podem entrar no site da Câmara, www.camara.sp.gov.br. Cliquem lá e vão encontrar “Lei de Zoneamento”. Entrando, já há uma página aberta, para colocarem todos os seus dados. Escrevam o que queiram e receberão um protocolo eletrônico. Esse protocolo vai ser acompanhado e nós vamos continuar acompanhando os senhores. Podem confiar no trabalho, pois ele será feito com todo o carinho.

Foi colocada aqui uma situação muito delicada. Quando nós falamos em Zepam ou em áreas verdes, são do INCRA. Às vezes, quanto a um perímetro que pega um pouquinho para lá e um pouquinho para cá, nem tudo está numa região referenciada. Pequenos detalhes de ajustamento como esse, com certeza, nós vamos ter que fazer, até porque há muitas certidões, há muitas escrituras que foram feitas na época da transcrição, na década de 1930. Nós fizemos uma audiência pública no Jaçanã e, no dia seguinte, apareceram com uma escritura de 1872. Na verdade, não é escritura, é um documento de uma transcrição de inventário. Então, não encontramos os perímetros. Vão até uma árvore e voltam ou passam pela beira do córrego, que hoje não está mais lá. Há mais de um século, o córrego sumiu. Quantos córregos havia naquela região de Jaçanã, que sumiram? Nós não temos como achar a terra. Então, é difícil todo esse trabalho, mas tudo o que foi feito aqui é georreferenciado. Tudo está dentro da escala direitinho, e não há risco de sumir nada dali, porque esse mapa está travado e só vai ser mexido em comum acordo junto com a Secretaria. Nós vamos fazer isso a quatro mãos, ou seja, colocou, travou e acabou.

Se forem hoje ao gabinete do Sr. Prefeito e fizerem um pedido para S.Exa., vai mandar encaminhar para a Câmara, para a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para que a gente possa avaliar. A gente avalia e senta com os técnicos da Prefeitura, que têm colaborado muito. Aí, sim, nós colocamos ou não colocamos.

O Vereador Gilson Barreto tem essa cara de bravo, mas S.Exa. organiza tudo.

S.Exa. tem feito tudo dentro do horário, direitinho. Não houve uma das audiências públicas que começou atrasada. Tudo está direitinho. Tudo o que foi discutido aqui, inclusive o horário de chegada, está registrado e inclusive protocolado no Ministério Público, para a gente não incorrer em nenhum erro. Então, nós estamos tentando fazer o trabalho com o maior capricho, com o coração bem quente e a cabeça bem fria. É muito importante trabalhar com a cabeça fria e o coração quente.

Boa tarde. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Todos estão convidados a participar da audiência temática na Câmara Municipal.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O senhor faz parte de uma liderança respeitada na região.

Haverá uma audiência pública na segunda-feira, a partir das 19 horas, até às 22 horas. Nós vamos tratar de zonas relacionadas a áreas residenciais e de corredores, Zonas Exclusivamente Residenciais, ZER 1, ZER 2, ZER-A, ZPR, Zona Predominante Residencial e Zcors, Zonas de Corredores, Zcor 1, Zcor 2, Zcor 3 e Zcor-A. A audiência será no dia 3 de setembro, na quinta-feira, na Praça Presidente Jânio da Silva Quadros nº 150, na Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme.

Em nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e que Deus os acompanhe em seus lares.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

